



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE ECONOMIA PROFISSIONAL – PEP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA DE EMPRESAS

RUAN CHARLES FERREIRA LEANDRO

**FUNDOS PATRIMONIAIS *ENDOWMENT*: NOVA POSSIBILIDADE DE
FINANCIAMENTO PARA ATIVIDADES DOS ALUNOS DOS CURSOS DE
ECONOMIA DA UFC**

FORTALEZA
2021

RUAN CHARLES FERREIRA LEANDRO

FUNDOS PATRIMONIAIS *ENDOWMENT*: NOVA POSSIBILIDADE DE
FINANCIAMENTO PARA ATIVIDADES DOS ALUNOS DOS CURSOS DE ECONOMIA
DA UFC

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Economia de Empresas do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Economia. Área de Concentração: Economia de Empresas.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Irffi

FORTALEZA
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L475f Leandro, Ruan Charles Ferreira.
FUNDOS PATRIMONIAIS ENDOWMENT: NOVA POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO
PARA ATIVIDADES DOS ALUNOS DOS CURSOS DE ECONOMIA DA UFC / Ruan Charles Ferreira
Leandro. – 2021.
43 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração,
Atuária e Contabilidade, Mestrado Profissional em Economia de Empresas, Fortaleza, 2021.
Orientação: Prof. Dr. Guilherme Diniz Irffi.

1. Fundos Patrimoniais. 2. Endowment. 3. Economia. 4. UFC. 5. CAEN. I. Título.

CDD 330

RUAN CHARLES FERREIRA LEANDRO

FUNDOS PATRIMONIAIS *ENDOWMENT*: NOVA POSSIBILIDADE DE
FINANCIAMENTO PARA ATIVIDADES DOS ALUNOS DOS CURSOS DE
ECONOMIA DA UFC

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Economia de Empresas do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Economia. Área de Concentração: Economia de Empresas.

Aprovada em: 08/06/2021

BANCA EXAMINADORA

Guilherme Diniz Irffi (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Maitê Rimekká Shirasu
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Eveline Barbosa Silva Carvalho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Wescley de Freitas Barbosa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, em todas as suas formas, por sempre me mostrar que não estou só.

Aos meus pais e irmãos, que são minha maior fonte de união, alegria, amor e perseverança.

Ao professor Guilherme Irffi, pela orientação, dedicação e competência. Tenho certeza de que não chegaria neste ponto sem o seu apoio.

Aos professores participantes da banca examinadora, Maitê Rimekká, Eveline Barbosa e Wesley de Freitas, pelas valiosas reflexões e sugestões.

Ao corpo administrativo e docente do Departamento de Economia da Universidade Federal do Ceará (UFC), pelos valorosos ensinamentos e contribuições.

Aos colegas do mestrado, em particular aqueles que estavam sempre ao meu lado.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para que esse trabalho fosse realizado, meu eterno obrigado.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo esboçar um fundo patrimonial para captação de recursos para o departamento de economia da Universidade Federal do Ceará. Para isso, foi realizado um questionário com alunos e ex-alunos da graduação e pós-graduação, e também com outros indivíduos que desejam contribuir com a fomentação do fundo patrimonial. Para prever o potencial poder de arrecadação do centro acadêmico foi utilizado o Método de Valoração Contingente (MVC), e assim, encontrado a Disposição A Pagar (DAP) dos entrevistados. A suplementação de recursos, através do incentivo da sociedade civil, será uma nova ferramenta para democratizar a educação, auxiliar financeiramente os alunos que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, contribuir para modernização da infraestrutura da instituição, e dar suporte para atividades de ensino, pesquisa e extensão em geral.

Palavras-Chave: Fundos Patrimoniais. *Endowment*. Economia. UFC. CAEN.

ABSTRACT

This study aimed to outline an Endowment fund to fundraise resources for the Economics Department of the Federal University of Ceará. For this research, a questionnaire was carried out with undergraduate, graduate and former students, as well as with other individuals who wish to contribute to the development of the patrimonial fund. To predict the potential fundraising power of the academic center, it was used the Contingent Valuation Method (CVM), and thus was found, The Willingness to Pay (WTP) of the interviewees. The supplementation of resources, through the incentive of civil society, will be a new tool to democratize education, financially support students who are in a situation of socioeconomic vulnerability, contribute to the modernization of the institution's infrastructure, support teaching, research and extension in general.

Keywords: Equity Funds. Endowment. Economy. UFC. CAEN.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ranking das melhores universidades do mundo	13
Quadro 2 - Score das universidades americanas e o patrimônio do fundo endowment.	14
Quadro 3 - Resumo geral de alguns fundos patrimoniais das universidades brasileiras	21
Quadro 4 - Demonstrativo de matrículas ativas da Graduação em Economia UFC 2018 .	22
Quadro 5 - Demonstrativo de alunos e ex-alunos da pós-graduação em economia UFC 2020	23
Quadro 6 - Valor de contribuição x composição dos cenários propostos	32
Quadro 7 - Sumário das variáveis.....	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de estudantes de ensino superior, por dependência administrativa, segundo quintos do rendimento mensal domiciliar per capita – nos anos de 2005 e 2015 (em %)	19
Tabela 2 - Perfil socioeconômico dos entrevistados	27
Tabela 3 - Grau de importância das principais causas que o fundo patrimonial deve financiar	29
Tabela 4 - Distribuição de frequências (contribuições periódicas)	30
Tabela 5 - Distribuição de frequências (contribuições pontuais)	31
Tabela 6 - Estimativas dos cenários (modelo Logit)	35

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAEN	Centro de Aperfeiçoamento dos Economistas do Nordeste
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUNI	Conselho Universitário
DAA	Disposição A Aceitar
DAP	Disposição A Pagar
FEA	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto sobre Serviços
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter vivos
ITCMD	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MP	Medida Provisória
MVC	Método de Valoração Contingente
NOAA	National Oceanic and Atmospheric Administration
OGFP	Organização Gestora de Fundo Patrimonial
PAIP	Programa de Acolhimento e Incentivo à Permanência
PET	Programa de Educação Tutorial
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROUNI	Programa Universidade para todos
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 Fundos patrimoniais e seu contexto histórico	13
2.2 Aspectos jurídicos do modelo <i>Endowment</i> no Brasil	14
2.3 Fundo Patrimoniais nas Instituições de Ensino Superior do Brasil	18
3 CENÁRIO ATUAL DO CURSO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	22
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS	24
4.1 Questionário <i>open-ended</i> (perguntas abertas)	25
4.2 Questionário referendo	26
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	27
5.1 DAP – Método <i>open-ended</i>	30
5.2 DAP – Método referendo	31
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	40

1 INTRODUÇÃO

O Fundo Patrimonial, conhecido também como *Endowment*, é uma ferramenta financeira utilizada por centenas de organizações públicas e privadas em todo mundo, tendo como princípio o gerenciamento de doações. Os recursos arrecadados são preservados e investidos, dessa forma, apenas os rendimentos do fundo patrimonial são utilizados para os objetivos das instituições. Comumente, os *endowments* são utilizados por entidades do terceiro setor, e visam financiar causas sociais de interesse público.

Spalding (2016) afirma que os *endowments* possuem dois pilares básicos, estabilidade e autonomia. Estabilidade porque é uma fonte de recursos permanentes, garantindo a segurança econômica a longo prazo. E a autonomia é inerente ao fundo, pois reduz o grau de dependência financeira de agentes externos, o que o torna a instituição autossustentável. Ressalta-se que o fundo patrimonial não substitui a importância dos recursos públicos, mas sim, serve como complemento orçamentário.

Os fundos patrimoniais são bastante difundidos no exterior, principalmente em ambientes acadêmicos. As universidades norte-americanas e europeias, se apoiam nesse tipo de estrutura cujo volume de recursos financeiros por instituição muitas vezes supera os bilhões de dólares (SOTTO-MAIOR, 2012).

No Brasil, a Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, estabelece o marco regulatório dos fundos patrimoniais, e define como um conjunto de ativos de natureza privada, que tem como intuito a constituição de fontes de recursos de longo prazo, a partir da preservação do principal e da aplicação de seus rendimentos.

Apesar da recente regulação, algumas instituições de ensino superior do Brasil já adotam a estrutura de financiamento filantrópica, como é o caso da Universidade de São Paulo (USP), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)¹, entre outras.

Os fundos patrimoniais das instituições brasileiras ofertam benefícios como, a prestação de apoio financeiro aos alunos de baixa renda, custeio de projetos de interesse público, ajuda na conservação e renovação do acervo da biblioteca, contribuição para modernização da infraestrutura da instituição, oferta de bolsas de intercâmbio acadêmico, e outros suportes para atividades de ensino, pesquisa e extensão em geral.

¹ Para mais detalhes, ver: https://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=17582.

Segundo Soraya Smali (2019), reitora da Universidade Federal de São Paulo, a criação de um fundo patrimonial é um importante aliado para incentivar a pesquisa, estimular a criação de bolsas de estudo para alunos que têm baixa renda, ou até mesmo para ajudar na manutenção da universidade, mas ele nunca vai substituir a importância que tem o financiamento público, que deve ser garantido para os institutos federais de ensino superior. A ordem de grandeza é incompatível.

Em função disso, acredita-se que os *endowments*, pelo histórico de sucesso em diversas instituições de ensino do mundo, são uma ótima ferramenta para fomentar a educação, uma vez que uma das peças fundamentais para que isso ocorra são os alunos e egressos da instituição.

Diante do exposto, este estudo se justifica pela necessidade em verificar a possibilidade de criar um fundo patrimonial para o Curso de Economia da Universidade Federal do Ceará. A partir da pesquisa será possível avaliar potencialmente o poder de arrecadação, por parte dos alunos e egressos tanto da graduação em Ciências Econômicas quanto da Pós-Graduação em Economia, CAEN/UFC, bem como fazer uma estimativa dos possíveis benefícios que o fundo patrimonial trará.

A princípio, a ideia consiste em uma forma de incrementar o fomento de bolsas de estudo para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além de fomentar a pesquisa e promover ações que possam capacitar e aprimorar a formação acadêmica. Então, para desenvolver a pesquisa, são analisados a: i) disposição a pagar de alunos e egressos de cursos de graduação e pós-graduação em economia da UFC para contribuir com a formação e solidificação de um fundo patrimonial no curso de economia; e, ii) a disposição a contribuir para um fundo patrimonial que visa estimular e fomentar: a) bolsas de estudo aos alunos de baixa renda; b) financiamento da pesquisa acadêmica; e, c) um ambiente acadêmico propício à formação dos alunos.

Para realizar esta pesquisa, utilizou-se o mecanismo de Disposição A Pagar (DAP) a partir de questionário eletrônico enviado aos alunos e egressos dos cursos de graduação e pós-graduação em economia da UFC. Em outros termos, o questionamento foi se os alunos e egressos estão dispostos a contribuir financeiramente e voluntariamente, com o possível fundo patrimonial da Economia – UFC.

Em função disso, pode-se dizer que o objetivo geral consiste em elaborar um desenho de fundo patrimonial para o curso de economia da UFC, no qual, sua principal fonte de recursos advenha de alunos e egressos da UFC. Para atingimento deste fim, são definidos como objetivos específicos: i) Examinar a literatura dos fundos patrimoniais; ii) Analisar o

impacto da constituição do fundo patrimonial no curso de Economia; *iii*) Elencar o que poderia ser financiado pelo *Endowment*.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Fundos patrimoniais e seu contexto histórico

Os fundos patrimoniais, comumente chamados de *endowments*, são estruturas que viabilizam a autossustentabilidade das instituições, relacionadas as áreas da educação, ciência, tecnologia, pesquisa e inovação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social, desporto, segurança pública, direitos humanos e demais finalidades de interesse público. A estrutura consiste em captar doações privadas, as quais são investidas no mercado financeiro, de modo a gerar uma receita contínua.

Estima-se que a primeira estrutura semelhante à um fundo patrimonial surgiu no século IV a.C. O filósofo grego Platão determinou que após sua morte os rendimentos de sua fazenda deveriam ser usados para sustentar a famosa Academia de Atenas (OROSZ, 2000). Mais de 500 anos depois, outra estrutura parecida foi criada em Roma, quando o Imperador Marco Aurélio criou um fundo filantrópico para cada uma das linhas filosóficas da época: platônica, aristotélica, estoica e epicurista.

Essa forma de financiamento ainda não é comum no Brasil, mas é bastante difundida no exterior. Nos Estados Unidos e na Europa, por exemplo, há diversas instituições, principalmente ligadas à educação, que adotam essa sistemática. Abaixo é possível verificar que as 10 melhores universidades do mundo, de acordo com a listagem oferecida pela *Shanghai Ranking Consultancy – Academic Ranking of World Universities* (2019), possuem um fundo patrimonial.

Quadro 1 - Ranking das melhores universidades do mundo

Ranking	Universidades	País	Fundo patrimonial
1 ^a	Harvard University	EUA	US\$38.3 bilhões
2 ^a	Stanford University	EUA	US\$26.4 bilhões
3 ^a	University of Cambridge	Reino Unido	£6.9 bilhões
4 ^a	Massachusetts Institute of Technology (MIT)	EUA	US\$16.5 bilhões
5 ^a	University of California, Berkeley	EUA	\$1.886 bilhões
6 ^a	Princeton University	EUA	\$25.9 bilhões
7 ^a	University of Oxford	Reino Unido	£6,1 bilhões
8 ^a	Columbia University	EUA	US\$10.72 bilhões
9 ^a	California Institute of Technology	EUA	US\$2.76 bilhões
10 ^o	University of Chicago	EUA	US\$7.59 bilhões

Fonte: Shanghai Ranking (2019)

Utilizando apenas as 10 melhores universidades dos Estados Unidos, de acordo com o *Academic Ranking of World Universities*, é possível realizar uma análise mais profunda e obter uma amostra mais homogênea, excluindo variáveis externas que possam enviesá-la, como fatores socioeconômicos. Dessa forma, será possível observar a influência que a constituição de um fundo patrimonial trará à universidade. O Quadro 2 apresenta a relação entre a pontuação que a universidade americana obteve no ranking e o seu respectivo patrimônio do fundo.

Quadro 2 - *Score* das universidades americanas e o patrimônio do fundo *endowment*.

Ranking	Universidade	Score total	Patrimônio do fundo (US\$ bilhões)
1 ^a	Harvard University	100	38,3
2 ^a	Stanford University	75,1	26,4
3 ^a	MIT	69	16,5
4 ^a	University of California, Berkeley	67,9	1,88
5 ^a	Princeton University	60	25,9
6 ^a	Columbia University	59,1	10,72
7 ^a	California Institute of Technology	58,6	2,764
8 ^a	University of Chicago	55,1	7,59
9 ^a	University of California, Los Angeles	50,8	2,51
10 ^a	Yale University	50,8	29,3

Fonte: Shanghai Ranking (2019)

Para analisar a relação entre fundo patrimonial e o sucesso dessas universidades utiliza-se o coeficiente de correlação Pearson, que permite compreender a relação entre duas variáveis lineares. O sinal da correlação indica a direção da associação, ao passo que o seu valor representa a força da correlação; ou seja, quanto mais próximo o valor estiver de $|1|$, mais forte será a associação entre as duas variáveis analisadas, ao passo que, quanto mais próximo de zero estiver o valor, mais fraca será essa correlação.

O coeficiente de Pearson foi calculado para os dados do Quadro 2. A partir dele, constatou-se que as duas variáveis apresentam um nível de correlação de 0,58, permitindo assim, comprovar que a classificação positiva das universidades está associada a um fundo patrimonial robusto.

2.2 Aspectos jurídicos do modelo *Endowment* no Brasil

Os fundos patrimoniais têm como objetivo principal arrecadar e gerir doações de pessoas físicas e jurídicas, garantindo assim a sustentabilidade financeira das instituições. A legislação criada em setembro de 2018, a partir da promulgação da Medida Provisória nº 851/18, definiu Fundo Patrimonial como:

Conjunto de ativos de natureza privada instituído, gerido e administrado pela organização gestora de fundo patrimonial com o intuito de constituir fonte de recursos de longo prazo, a partir da preservação do principal e da aplicação de seus rendimentos (art. 2º, VI).

Em 2019, a MP nº 851/18 foi sancionada, porém com veto parcial, e convertida na Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019. A nova lei marcou a inserção do modelo *endowment*, comumente utilizado na Europa e nos Estados Unidos, no ordenamento jurídico brasileiro.

Entre os dispositivos anteriormente aprovados na MP pelo congresso nacional e que foram vetados na conversão da Lei, está o que versava sobre incentivos fiscais, restando apenas o benefício para projetos culturais, previstos na Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 199, denominada como Lei de Incentivo à Cultura, conhecida como Lei Rouanet.

De acordo com especialistas, os incentivos fiscais para outros nichos de projetos seriam essenciais para incentivar parcerias, e aumentar a captação de recursos para os fundos patrimoniais. Fabiani e Wolffenbüttel (2019) salientam que ainda é preciso aprimorar o que a lei não contempla, como os incentivos fiscais para causas tão relevantes como a educação, a saúde e o meio ambiente, mas o que ainda há por fazer não ofusca o valor do que já foi conquistado.

Seguindo o mesmo processo das legislações estrangeiras, os fundos patrimoniais do Brasil são constituídos por pessoas jurídicas distintas da instituição à qual ele está vinculado, dessa forma, são garantidos a segregação do patrimônio e a aplicação exclusiva dos recursos gerados em benefício da instituição a que está vinculado, sem risco de perda ou liquidação do patrimônio principal. De acordo com o Art. 2º da Lei nº 13.800/19, o fundo patrimonial está sujeito a participação de três tipos de pessoas jurídicas, sendo as duas primeiras obrigatórias na estrutura:

- i) Instituição Apoiada: instituição pública ou privada sem fins lucrativos e os órgãos a ela vinculados dedicados à consecução de finalidades de interesse público e beneficiários de programas, projetos ou atividades financiadas com recursos de fundo patrimonial;
- ii) Organização Gestora de Fundo Patrimonial (OGFP): instituição privada sem fins lucrativos instituída na forma de associação ou de fundação privada com o intuito de atuar exclusivamente para um fundo na captação e na gestão das doações oriundas de pessoas físicas e jurídicas e do patrimônio constituído; e,
- iii) Organização Executora: instituição sem fins lucrativos ou organização internacional reconhecida e representada no País, que atua em parceria com

instituições apoiadas e que é responsável pela execução dos programas, dos projetos e de demais finalidades de interesse público.

Vale ressaltar que a Organização Gestora não é o Fundo Patrimonial, mas sim a pessoa jurídica responsável por gerir e arrecadar recursos para o fundo. Portanto, a OGFP deve ser constituída na forma de associação ou fundação privada, entidades do Terceiro Setor, regidas pelo Código Civil, conforme a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, sendo intituladas como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos. A principal diferença entre a associação e fundação está na sua forma de constituição, sendo a primeira criada sem a obrigatoriedade um patrimônio inicial, já a fundação deve surgir a partir da dotação de um patrimônio já existente.

Sendo o *endowment* um ativo gerido pela OGFP, a legislação deixa claro que essa fonte de recursos arrecadada através de doações deve ser preservada e aplicada no mercado financeiro, assim, apenas os rendimentos poderão ser utilizados para a manutenção das organizações sociais, e desenvolvimentos de projetos.

O Art. 14º da Lei nº 13.800/19 especifica as modalidades de doações, sendo classificadas como:

- i) Doação permanente não restrita: recursos cujo principal é incorporado ao patrimônio permanente do fundo e não pode ser resgatado, mas os rendimentos podem ser utilizados em programas, projetos e demais finalidades de interesse público;
- ii) Doação permanente restrita de propósito específico: recursos cujo principal é incorporado ao patrimônio permanente do fundo patrimonial e não pode ser resgatado, mas os rendimentos podem ser utilizados em projetos relacionados ao propósito previamente definido no instrumento de doação;
- iii) Doação de propósito específico: engloba os recursos atribuídos a projetos previamente estabelecidos, cujo principal pode ser resgatado de acordo com os termos e condições previstos no instrumento de doação.

A referida lei não prevê questões relacionadas a incidência do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), tributo de competência estadual, que incide quando há transmissão não onerosa de bens ou direitos. Dessa forma, a OGFP deve consultar a legislação do Estado de sua sede e a do domicílio do doador para verificar se há isenção do imposto. A mesma lógica se aplica aos impostos municipais como o Imposto Predial e

Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Serviços (ISS) e Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI). A OGFP deverá verificar a legislação do município do bem ou de sua sede.

No âmbito federal há imunidade tributária, tendo em vista que o Art. 150º da Constituição Federal de 1988 garante para as associações e as fundações privadas sem fins lucrativos, independentes de atuarem com educação, saúde ou assistência social. Sendo assim, as OGFP são isentas do recolhimento de impostos federais. Há uma ressalva, contudo, com relação aos rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável. O legislador ordinário os excluiu da zona de imunidade, havendo a incidência no imposto de renda, conforme descrito no § 1º do Art. 12º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Em concordância com a legislação, os fundos patrimoniais poderão apoiar as instituições relacionadas à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação, à cultura, à saúde, ao meio ambiente, à assistência social, ao desporto, à segurança pública, aos direitos humanos e a demais finalidades de interesse público.

No que tange a governança do fundo patrimonial, a lei instituiu a criação de Órgãos Deliberativos e Consultivos: o Conselho de Administração, instância máxima de administração do fundo; Comitê de Investimentos, responsável pelas diretrizes de investimento dos ativos; e o Conselho Fiscal, órgão de controle e fiscalização interna.

Com relação aos membros dos órgãos de governança estabelecidos acima, a lei dos fundos patrimoniais prevê que as referidas funções podem ser exercidas de forma remunerada ou não remunerada. A lei ainda descreve que a estrutura mínima de governança do fundo, baseado nas práticas internacionais, se dê da seguinte forma:

- i) Conselho de Administração: Composto por, no máximo, 7 membros remunerados, sendo possível a admissão de outros membros sem remuneração;
- ii) Comitê de Investimentos (obrigatório para fundos patrimoniais com patrimônio superior a R\$ 5 milhões): Composto por 3 ou 5 membros, indicados pelo Conselho de Administração, escolhidos por pessoas idôneas, com notório conhecimento e com formação na área, com experiência nos mercados financeiros ou de capitais e registrados na CVM;
- iii) Conselho Fiscal: Composto por 3 membros, indicados pelo Conselho de Administração, escolhidos entre pessoas idôneas e com formação nas áreas de administração, economia, atuária ou contabilidade.

A lei também apresenta regras de *compliance*, exigindo que a OGFP:

- i) Mantenha a contabilidade e os registros em consonância com os princípios gerais da contabilidade brasileira, incluída a divulgação em seu sítio eletrônico das demonstrações financeiras e da gestão e aplicação de recursos, com periodicidade mínima anual;
- ii) Possua escrituração fiscal de acordo com as normas do Sistema Público de Escrituração Digital da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda aplicáveis à sua natureza jurídica e ao seu porte econômico;
- iii) Divulgue em seu sítio eletrônico os relatórios de execução dos instrumentos de parceria e dos termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público firmados e a indicação dos valores despendidos, das atividades, das obras e dos serviços realizados, discriminados por projeto, com periodicidade mínima anual;
- iv) Apresente, semestralmente, informações sobre os investimentos e, anualmente, sobre a aplicação dos recursos do fundo patrimonial mediante ato do Conselho de Administração, com parecer do Comitê de Investimentos ou de instituição contratada para esse fim;
- v) Adote mecanismos e procedimentos internos de integridade, de auditoria e de incentivo à denúncia de irregularidades;
- vi) Estabeleça um código de ética e de conduta para seus dirigentes e funcionários.

Para a OGFP que possuir patrimônio líquido superior a R\$ 20 milhões, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), é obrigatória a realização de uma auditoria independente.

De forma geral, é possível concluir que a regulamentação dos fundos patrimoniais, a partir da Lei nº 13.800/19, apresenta mais segurança jurídica para os gestores e doadores dos fundos patrimoniais, assim como, visa estimular a governança, a transparência e autossustentabilidade do terceiro setor.

2.3 Fundo Patrimoniais nas Instituições de Ensino Superior do Brasil

Ao discutir autossustentabilidade e financiamento do ensino superior, é indispensável levar em conta o perfil socioeconômico dos estudantes. Boneti (2003) afirma que o estado realiza um papel importante em proporcionar políticas públicas voltadas ao acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior.

Atualmente o Governo Federal conta com alguns programas que possibilitam o acesso à educação superior para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como, o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), Programa Universidade para todos (PROUNI), Programa de Inclusão Social e Racial (COTAS), entre outros.

Em um relatório promovido pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (2018), que visa abordar o financiamento da educação superior no Brasil, demonstra que os programas supracitados estão surtindo efeito no quesito combate à desigualdade de acesso à educação. No entanto, a educação superior ainda é, majoritariamente, formada por estudantes de renda mais elevada, agregando-se o 4º e o 5º quintis de renda, que representam 60,9% dos alunos da rede pública e 68,2% da particular, como se observa na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição de estudantes de ensino superior, por dependência administrativa, segundo quintos do rendimento mensal domiciliar *per capita* – nos anos de 2005 e 2015 (em %)

Quintis de Renda	Pública		Particular	
	2005	2015	2005	2015
1º	1,9	8,3	0,8	4,0
2º	6,2	14,0	2,1	10,8
3º	13,0	16,9	8,1	16,9
4º	26,8	25,2	23,2	29,9
5º	52,1	35,7	65,8	38,3

Fonte: Financiamento da educação superior no Brasil. CEDES. (2018)

Nos últimos anos, houve uma significativa inclusão de estudantes das demais camadas socioeconômicas. Houve um aumento nos dois quintis inferiores, de 8,1% para 22,3%, na pública, e de 2,9% para 14,8% nas IES particulares. Como resultado, observa-se que a participação dos grupos com maior renda per capita (4º e 5º quintis) diminuíram, enquanto o grupo com menor renda (1º e 2º quintis) obtiveram um aumento, tanto na rede pública como na privada.

Apesar dos avanços na inclusão e democratização da educação, há outros desafios a serem enfrentados, como o auxílio a permanência estudantil. Nas universidades, custos como transporte, residência, alimentação e gastos com atividades de extensão em geral podem comprometer a formação acadêmica dos estudantes, o que torna necessário a viabilização de bolsas de estudo como forma de apoio às suas necessidades.

Como forma de suplementar recursos para o financiamento estudantil centenas de universidades do mundo recorrem ao uso dos fundos patrimoniais. Teles (2019) discorre que o mecanismo é bastante difundido nas universidades norte-americanas e europeias. Algumas

universidades como Harvard, por exemplo, possuem *endowments* tão vultuosos que ultrapassam a verba federal destinada ao ensino superior público brasileiro.

Salienta-se que na UFC, a criação de um fundo patrimonial geral, que visa contemplar todos os cursos, começou a ser discutida pelo Conselho Universitário (CONSUNI), através da Resolução N° 28, de 14 de agosto de 2019. A ideia visa garantir a perpetuação de recursos advindos das doações de pessoas físicas e jurídicas. A atualização deste normativo inicial, que segue os termos da Lei n° 13.800, de janeiro de 2019, atualmente está em andamento.

Apesar da regulamentação dos fundos patrimoniais ser recente no Brasil, existem iniciativas promissoras em algumas instituições de ensino superior, como é o caso da USP, Insper, FGV, UFRGS, entre outras. Algumas dessas instituições adotam um fundo unitário, que é utilizado para todos os cursos, como é o caso do programa de bolsas do Insper. Já outras instituições adotam *endowments* fracionados para cada curso, como é o caso da USP, por exemplo, que há um fundo patrimonial para os alunos da Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, e outro segregado para os alunos da engenharia.

O principal objetivo dos fundos patrimoniais das universidades brasileiras é a fomentação de bolsas de estudo para alunos que possuem baixa renda; e a seleção para a distribuição de bolsas é realizada por meio de processo seletivo previsto em um edital. Apenas o *endowment* Amigos da Poli, Escola Politécnica da USP, foge da regra, pois, visa custear projetos dos alunos da escola de engenharia, não havendo a distinção socioeconômica para a escolha dos alunos.

Os recursos dos fundos patrimoniais, em sua maioria, advêm de doações dos alunos egressos, que contribuem financeiramente de forma periódica, como também por meio de doações pontuais. Em alguns *endowments*², os nomes dos ex-alunos doadores são divulgados no portal eletrônico, juntamente com uma mensagem simbólica, demonstrando a importância que a doação terá para a instituição. Além da contribuição pecuniária, há também o trabalho voluntário prestado pelos ex-alunos. Toda estrutura do fundo é formada eminentemente por egressos, juntamente com discentes da instituição. O Quadro 3 apresenta um resumo geral de alguns desses fundos patrimoniais.

² Insper, Escola de Direito FGV, Escola de Engenharia da UFRGS e Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

Quadro 3 – Resumo geral de alguns fundos patrimoniais das universidades brasileiras

Fundo Patrimonial	Ano de criação	Público-alvo	Forma de arrecadação	Patrimônio do fundo
Programa de Bolsas - Insper	2004	Presta apoio aos alunos de baixa renda. Ao todo, o programa acumula em sua história mais de 600 bolsistas beneficiados. Destes, 337 já se formaram.	O valor mínimo para doação é R\$ 15,00 reais. A doação é realizada a partir do cadastramento do cartão de crédito no portal do programa, podendo escolher entre as modalidades de doações: parcela única ou doação mensal.	Em 15 anos de programa, foram arrecadados R\$ 54 milhões.
Amigos da Poli - Escola Politécnica da USP	2009	O fundo é utilizado para custear projetos dos alunos, nesse caso, não há distinção de renda, apenas o mérito é julgado	No portal do fundo há opção de R\$ 75,00 reais, R\$ 150,00 reais ou R\$ 300,00 reais. É possível também programar a doação na forma de cota única ou doação mensal.	Atualmente o fundo detém um patrimônio de R\$ 30 milhões.
Endowment DireitoGV - FGV Direito São Paulo	2011	Presta apoio aos alunos de baixa renda do curso de Direito. O programa já beneficiou 37 alunos desde sua criação.	No portal do programa é possível cadastrar doações mensais por meio do cartão de crédito, de R\$75,00, R\$150,00, R\$300,00 ou R\$330,00. Há também a possibilidade realizar doações por transferência bancária.	Com base nos dados apresentados no portal, em 2018, o fundo apresentava um patrimônio de R\$ 2.9 milhões.
Fundo Patrimonial FEA -USP	2015	O fundo tem o intuito de oferecer bolsas de estudos para alunos de baixa renda, além disso contribuir para a modernização da infraestrutura, incentivar intercâmbios e pesquisas, ajudar na conservação do acervo, e dar suporte para atividades de extensão.	As doações são realizadas por meio de cotas que variam de R\$ 60,00 até mais de R\$ 1.000,00 mensais, havendo ainda duas cotas com valores mais acessíveis, exclusivas para alunos de graduação, nos valores de R\$ 15,00 e R\$ 30,00.	Atualmente, o fundo detém um patrimônio de R\$ 811 mil reais
Fundo Centenário - Escola de Engenharia da UFRGS	2017	O programa concede auxílio financeiro a estudantes de baixa renda de ótimo desempenho acadêmico. A escolha dos bolsistas ocorre por meio de processo seletivo previsto em um edital.	No portal do fundo é possível programar contribuições mensais, ou efetuar doações pontuais. As doações podem ser feitas por cartão de crédito, boleto ou transferência bancária.	Atualmente o fundo detém um patrimônio de R\$ 338 mil reais

Fonte: Diversas. Quadro elaborado pelo pesquisador.

3 CENÁRIO ATUAL DO CURSO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

A UFC oferta dois cursos de graduação em Ciências Econômicas, nas cidades de Fortaleza e Sobral. Na capital, anualmente são disponibilizadas 80 vagas para o período diurno e 80 vagas para o período noturno. Em Sobral, são 50 vagas, com entrada única e anual, ocorrendo aulas apenas no período noturno. De acordo com dados do último censo do ensino superior (2018), o curso de graduação em economia possui 842 matrículas ativas, distribuídos nos três cursos, como se observa pelo Quadro 4.

Quadro 4 – Demonstrativo de matrículas ativas da Graduação em Economia UFC (2018)

Graduação em economia UFC	Alunos
Fortaleza - Manhã	327
Fortaleza- Noite	308
Sobral - Noite	207
Total	842

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir dos dados do INEP.

Na graduação, por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), oferecido pelo Governo Federal, há ofertas de bolsas de estudo que buscam democratizar a educação e auxiliar alunos que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O programa buscar oferecer assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência. No edital de 2020, exclusivo para os alunos do campus Fortaleza, foram ofertadas 1.460 bolsas de estudo, e desse total, apenas 19 foram para os alunos do Curso de Ciências Econômicas, o que corresponde a 1,30% das vagas.

A UFC ainda conta com outros programas de auxílio a permanência estudantil e pesquisa, como, Programa de Acolhimento e Incentivo à Permanência (PAIP), Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa de Educação Tutorial (PET), e Projetos de Extensão.

Outro auxílio financeiro oferecido aos alunos da graduação é o Programa Avance, instituído por meio da Lei nº 16.317, de 14 de agosto de 2017. A bolsa de estudo, oferecida pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), é exclusiva para os alunos que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas da rede estadual do Ceará e que ingressaram em instituições de ensino superior.

Além dos cursos de graduação em economia, a UFC possui o programa de pós-graduação em economia promovido pelo Centro de Aperfeiçoamento dos Economistas do Nordeste (CAEN). Com sua primeira turma de mestrado iniciada em 1963, e de doutorado em 2000, o curso *stricto sensu* é ofertado na modalidade acadêmica e profissional (Mestrado Profissional em Economia do Setor Público, Mestrado Profissional em Finanças e Seguros, e Mestrado Profissional em Economia de Empresas). Ao longo desses anos, já são diversos alunos que fazem parte da história do CAEN.

Quadro 5 – Demonstrativo de alunos e ex-alunos da pós-graduação em economia UFC (2020).

Curso	Alunos	Ex-alunos
Doutorado	60	101
Mestrado Acadêmico	19	707
Mestrado Profissional em Economia do Setor Público	-	588
Mestrado Profissional em Finanças e Seguros	-	98
Mestrado Profissional em Economia de Empresas	52	245
Total	131	1.739

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir dos dados do CAEN/PEP.

Há uma observação com relação a quadro acima, 60 ex-alunos do mestrado (57 do Mestrado Acadêmico, 2 do Mestrado Profissional em Economia do Setor Público, e 1 do Mestrado Profissional de Economia de Empresas) foram/são alunos do Doutorado.

Na pós-graduação, a concessão de bolsa ou auxílio aos alunos depende da oferta de bolsas das agências de fomentos: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e FUNCAP.

Com a extensa rede de ex-alunos, um fundo patrimonial para o curso de economia, graduação e pós-graduação, da UFC seria uma forma de garantir bolsas de estudo e pesquisa para os estudantes. Para verificar o potencial de arrecadação do fundo Economia – UFC e estimar disponibilidade de contribuição, por parte dos alunos e ex-alunos, para a formação de um fundo patrimonial, foi aplicado um questionário (APÊNDICE A), conforme será visto a seguir.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para elucidar as problemáticas da pesquisa foi utilizado como metodologia o Método de Valoração Contingente - MVC. Esse método é utilizado por diversos estudos, principalmente ligados ao meio ambiente, no qual sua principal finalidade é a valoração de um benefício social/econômico que não há preço de mercado. A ferramenta normalmente é utilizada para tomadas de decisão sobre políticas, planos ou projetos (OLIVEIRA, 2014).

Faria e Nogueira (2000) afirmam que o método foi proposto originalmente pelo economista R. Davis, em 1963, que tinha como pretensão estimar o quanto um indivíduo pagaria por determinado bem ou serviço gratuito. Para isso, a operacionalização do MVC se dá a partir da aplicação de questionários que visam averiguar monetariamente quanto o indivíduo está Disposto a Pagar (DAP), como um pagamento para medir uma variação positiva de disponibilidade, ou está Disposto a Aceitar (DAA), em prol de uma compensação por uma variação negativa.

Na prática, o MVC foi estruturado formalmente pelo órgão americano *National Oceanic and Atmospheric Administration* (NOAA), que tem como competência a definição de critérios e procedimentos para mensuração dos danos ambientais causados por derramamento de óleo. Um guia técnico³ de aplicação do MVC foi desenvolvido pelo órgão após um grande acidente com um petroleiro da empresa *Exxon Corporation* em 1989 (MOTTA, 1997).

O relatório incluiu diversas recomendações para sua elaboração, dentre elas se destacam: amostra probabilística; evitar respostas nulas; usar entrevistas pessoais; treinar o entrevistador para ser neutro; os resultados devem ser apresentados por completo com desenho da amostra; questionário; método estimativo e base de dados disponível; realizar pesquisas-piloto para testar questionário; ser conservador adotando opções que subestimem a medida monetária a ser estimada; devido a recomendação anterior, usar o questionário DAP ao invés de DAA, e usar método referendo na forma de aplica-lo.

Para Motta (1997), o MVC se divide em dois estágios, o primeiro define o objeto de estudo a ser valorado e a forma de questionário, o segundo quantifica benefício. Neste trabalho será escolhido a mensuração a partir do questionário de Disposição A Pagar (DAP), para quantificar o valor que os entrevistados estão dispostos a contribuir para a formação de um fundo patrimonial para o curso de Economia – UFC que vise fomentar bolsas de estudo e

³ A elaboração do guia técnico foi coordenada por dois Prêmios Nobel de Economia, Robert Solow e Keneth Arrow.

pesquisa. A fim de obter os dados para pesquisa, a aplicação dos questionários pode ser feita de diversas formas, de acordo com Hufschmidt (1996 apud Oliveira, 2014) :

- a) Técnica de perguntas abertas (*open-ended*): quando a pergunta da DAP é feita sem restrições como “Quanto você estaria disposto a pagar?”;
- b) Modelo de referendo ou escolha dicotômica: o questionário apresenta um valor sugerido como “Você estaria disposto a pagar R\$ X?”;
- c) Técnica de *bidding game*: a ideia é negociar um determinado valor com o indivíduo a fim captar o valor máximo possível. Primeiro é ofertado um valor R\$ X, se o entrevistado aceitar, o valor é aumentado até que a sua resposta seja negativa, portando, a última resposta positiva se torna a máxima disposição a pagar;
- d) Modelo de referendo com repetição (*follow-up*): a proposta é parecida com o referendo tradicional, mas há a oferta de outros valores.
- e) Contingente classificatório (*ranking*): indivíduo deve ordenar suas preferências de acordo com um conjunto de alternativas apresentadas.
- f) Atividade contingente: o modelo visa perguntar aos indivíduos como seu comportamento mudaria se determinados atributos de um ambiente fossem alterados.

Neste estudo foi realizado dois métodos, o *open-ended*, usado na DAP inicial, com a finalidade de estabelecer a disposição a pagar dos entrevistados, e do método referendo, aplicado na DAP a partir da construção de cenário hipotéticos.

O questionário (APÊNDICE A), que foi enviado para alunos, egressos e outros possíveis contribuintes do fundo patrimonial, possui três blocos. O primeiro busca conhecer o perfil do entrevistado por meio de perguntas de cunho socioeconômico, abordando itens como: gênero, idade, estado civil, renda, ocupação e escolaridade; o segundo bloco foi apresentado no formato de perguntas abertas (*open-ended*); e o terceiro bloco foi construído com perguntas no formato referendo, que propõe para o entrevistado a construção de cenários hipotéticos com valores pré-definidos de contribuição.

4.1 Questionário *open-ended* (perguntas abertas)

Conforme mencionado acima, o segundo bloco visa quantificar a disponibilidade do usuário para contribuir como fundo patrimonial perguntando-lhes de forma aberta. Dessa forma, irá gerar uma variável contínua que assume qualquer valor não-negativo. Para análise

dessas respostas foi utilizado a estatística descritiva, sendo considerada a DAP da pesquisa o valor que possuir maior frequência entre as respostas dos entrevistados.

4.2 Questionário referendo

Por sua vez, o método referendo estima uma função de probabilidade para a DAP por meio de escolha binária, ou seja, há a criação de cenários hipotéticos o qual condicionarão as respostas dos entrevistados entre sim ou não. Motta (1997, p. 34) considerada este método preferível em relação a perguntas aberta (*open-ended*) porque:

- (i) Permite menor ocorrência de lances estratégicos dos entrevistados que procuram defender seus interesses ou beneficiarem-se da provisão gratuita do bem (“o problema do carona”).
- (ii) Aproxima-se da verdadeira experiência de mercado que geralmente define suas ações de consumo frente a um preço previamente definido. Entretanto, esta aproximação produz um indicador discreto de lances e o valor esperado da medida monetária (DAP) tem que ser estimado de forma mais complexa com base em uma função de distribuição das respostas “sim” e “não” e sua respectiva correlação com uma função de utilidade indireta, geralmente assumida como logística (Logit).

Dessa forma, por se tratar de respostas binárias, o terceiro bloco foi analisado por meio da utilização do modelo econométrico Logit para a estimação da DAP. Os valores e vantagens ofertadas nos cenários hipotéticos desse bloco do questionário foram baseados na realidade dos fundos patrimoniais já existentes no Brasil (Quadro 1). As doações serão a partir de R\$ 15,00 para os alunos da graduação e R\$75,00 para o público geral, e pós-graduação.

Foram ofertadas como vantagens, a depender do valor da contribuição, a prestação de apoio financeiro aos alunos de baixa renda, custeio de projetos de interesse público, ajuda na conservação e renovação do acervo da biblioteca, contribuição para modernização da infraestrutura da instituição, oferta de bolsas de intercâmbio acadêmico, e suporte para atividades de extensão em geral.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O questionário (apêndice A), publicado no portal da FEAAC, foi aplicado no primeiro semestre de 2021. Das 198 respostas, excluíram-se 14 devido à inconsistência no preenchimento das respostas, restando 184 observações. O perfil dos entrevistados é predominantemente masculino (61,4%), em sua maioria na faixa etária entre 21 e 30 anos (53,8%) e mais da metade da amostra (53,3%) se autodeclarou pardo (a).

O questionário foi direcionado aos alunos do curso de economia e público geral; 87,5% dos respondentes já tiveram algum vínculo com o Curso de Economia da UFC, e desse percentual a maioria (43,5%) ainda é aluno do curso de Graduação, Mestrado ou Doutorado.

A renda individual dos entrevistados se mostrou nivelada, mas ainda assim, com 19% em ambos os casos, a maioria recebe até 1 salário mínimo ou de 2 a 5 salários mínimos. Com relação a renda familiar, a maior parte dos entrevistados (34,8%) declarou renda superior a 10 salários mínimos. Assim, formou-se o perfil dos participantes da amostra, conforme representada na tabela abaixo.

Tabela 2 - Perfil socioeconômico dos entrevistados

	N = 184	%
1. Gênero		
Masculino	113	61,4
Feminino	71	38,6
2. Faixa Etária		
16-20 anos	17	9,2
21-30 anos	99	53,8
31-45 anos	51	27,7
46-65 anos	17	9,2
Acima 65	0	0,0
3. Autodeclaração racial		
Branco(a)	74	40,2
Pardo(a)	98	53,3
Preto(a)	10	5,4
Amarelo(a)	2	1,1
Indígena	0	0,0
4. Estado Civil		
Solteiro(a)	114	62,0
Casado(a) / mora com um(a) companheiro(a)	65	35,3
Separado (a) / divorciado (a)	5	2,7
Viúvo (a)	0	0,0
5. Último vínculo com o Curso de Economia da UFC		
Graduação	94	51,1
Mestrado Acadêmico	30	16,3
Mestrado Profissional	10	5,4
Doutorado	29	15,8
Nunca teve nenhum vínculo com o Curso de Economia da UFC	21	11,4
Tempo de formação (com base no último vínculo com o Curso de Economia da UFC)		
Menos de 5 anos	45	24,5

Entre 5 e 10 anos	19	10,3
Há mais de 10 anos	17	9,2
Ainda sou aluno	80	43,5
Não possuo nenhum vínculo com o Curso de Economia da UFC	23	12,5

7. Ocupação

Estudante	91	49,5
Funcionário(a) público(a)	50	27,2
Empresário(a)	6	3,3
Trabalhador(a) do setor privado (com carteira assinada)	29	15,8
Trabalhador(a) do setor informal (sem carteira assinada)	5	2,7
Do lar	1	0,5
Desempregado(a)	2	1,1

8. Renda Individual

Até 1 salário mínimo	35	19,0
De 1 a 2 salários mínimos	28	15,2
De 2 a 5 salários mínimos	35	19,0
De 5 a 10 salários mínimos	23	12,5
Acima de 10 salários mínimos	34	18,5
Nenhuma renda	29	15,8

9. Renda Familiar

Até 1 salário mínimo	7	3,8
De 1 a 2 salários mínimos	21	11,4
De 2 a 5 salários mínimos	54	29,3
De 5 a 10 salários mínimos	38	20,7
Acima de 10 salários mínimos	64	34,8
Nenhuma renda	0	0,0

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Posteriormente foi solicitado aos entrevistados para enumerar de 1 a 6, de acordo com o grau de importância, as principais causas que o fundo patrimonial acadêmico deve financiar. Sendo 1 para a causa de menor relevância e 6 para a causa que considera mais importante. As alternativas descritas no questionário foram escolhidas com base nas causas de financiamento mais utilizadas nos fundos patrimoniais já existentes em algumas universidades brasileiras, conforme exposto no estudo apresentado na Tabela 3.

De acordo com os 184 entrevistados, a maior prioridade que o *endowment* do curso de economia da UFC, com 45,1% dos respondentes considerando esta causa extremamente importante, deve ser a fomentação de bolsas para alunos que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Logo em seguida, por ordem de importância, foram apontadas as causas: financiamento de projetos de pesquisa que tenham participação de alunos, conservação e renovação do acervo da biblioteca, oferta bolsas de intercâmbio acadêmico e o investimento em atividades de extensão.

Tabela 3 - Grau de importância das principais causas que o fundo patrimonial deve financiar

Motivos para financiamento	1-Sem importância	2-Pouco Importante	3-Moderado	4-Importante	5-Muito importante	6-Extremamente importante
Fomentar bolsas para alunos que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica	7,6%	3,3%	8,7%	15,2%	20,1%	45,1%
Financiar projetos de pesquisa que tenham participação de alunos	1,6%	9,2%	8,7%	14,7%	35,9%	29,9%
Contribuir para modernização da infraestrutura da instituição	19,0%	16,8%	14,1%	26,6%	12,5%	10,9%
Ajudar na conservação e renovação do acervo da biblioteca	19,6%	23,9%	26,6%	14,7%	12,0%	3,3%
Ofertar bolsas de intercâmbio acadêmico	19,6%	29,9%	21,2%	12,0%	11,4%	6,0%
Financiar atividades de extensão	32,6%	16,8%	20,7%	16,8%	8,2%	4,9%

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Após a identificação dos perfis socioeconômicos dos entrevistados, o questionário buscou mensurar a disponibilidade a pagar dos alunos, egressos e outros possíveis contribuintes do fundo patrimonial. A seguir são apresentados os resultados da DAP segundo o método considerado: open-ended ou referendo.

Para a construção da DAP foram utilizados dois métodos, o método *open-ended* e o método referendo. Na primeira etapa foi utilizada a técnica *open-ended* (perguntas abertas), a qual consiste em perguntar ao entrevistado qual o valor que ele estaria disposto a contribuir para o fundo patrimonial. Como forma de complementar a resposta também foi indagado se, em caso de contribuição, a doação seria pontual ou periódica, e em caso de periodicidade, o entrevistado deveria informar se a contribuição seria mensal, trimestral, semestral ou anual.

Na segunda etapa foi utilizada a técnica referendo, a qual se fundamenta na criação de possíveis cenários de contribuição atrelado aos possíveis benefícios que o fundo patrimonial pode gerar. Nesta técnica é listada as vantagens que o *endowment* irá ofertar, e é perguntado se o entrevistado está disposto a contribuir com o valor pré-determinado para obter tal benefício.

Dessa forma, os entrevistados devem responder esta etapa do questionário apenas com respostas dicotômicas: Sim ou Não.

5.1 DAP – Método open-ended

Em razão da metodologia *open-ended*, para estimar a DAP dos entrevistados, nesta etapa do questionário, foi usada estatísticas descritivas. Do total de entrevistados, 92,3% (169) estariam dispostos a pagar algum valor como forma de contribuição com o fundo patrimonial, desse percentual, 29,5% (54) entrevistados apontaram que contribuiriam pontualmente, e 62,8% (115) contribuiriam periodicamente. Apenas 7,7%(14) pessoas responderam que não contribuiriam com o fundo patrimonial, dentre os motivos mais apontados para justificar a não contribuição estava a falta de recursos.

A distribuição de frequências das DAP a partir da contribuição periódica (mensal, trimestral, semestral e anual) com o fundo patrimonial pode ser observada na Tabela 4. Das 115 pessoas que desejam contribuir periodicamente com o fundo patrimonial, 49 (42,6%) apontaram que contribuiriam mensalmente com o fundo patrimonial, 28 (24,3%) trimestralmente, 11(9,6%) semestralmente e 27 (23,5%) anualmente.

Tabela 4 - Distribuição de frequências (contribuições periódicas)

Mensal						
Classe	Intervalo de Classe		Ponto Médio	Frequência Absoluta (Fi)	Frequência Relativa (Fr)	Frequência Cumulativa
1	R\$ 0,00	┆ R\$ 50,00	R\$ 25,00	13	26,5%	13
2	R\$ 50,00	┆ R\$ 100,00	R\$ 75,00	22	44,9%	35
3	R\$ 100,00	┆ R\$ 150,00	R\$ 125,00	11	22,4%	46
4	R\$ 150,00	┆ R\$ 200,00	R\$ 175,00	0	0,0%	46
5	R\$ 200,00	┆ R\$ 250,00	R\$ 225,00	3	6,1%	49
				49	100,0%	
Trimestral						
Classe	Intervalo de Classe		Ponto Médio	Frequência Absoluta (Fi)	Frequência Relativa (Fr)	Frequência Cumulativa
1	R\$ 0,00	┆ R\$ 50,00	R\$ 25,00	4	14,3%	4
2	R\$ 50,00	┆ R\$ 100,00	R\$ 75,00	6	21,4%	10
3	R\$ 100,00	┆ R\$ 150,00	R\$ 125,00	13	46,4%	23
4	R\$ 150,00	┆ R\$ 200,00	R\$ 175,00	1	3,6%	24
5	R\$ 200,00	┆ R\$ 250,00	R\$ 225,00	4	14,3%	28
				28	100,0%	
Semestral						
Classe	Intervalo de Classe		Ponto Médio	Frequência Absoluta (Fi)	Frequência Relativa (Fr)	Frequência Cumulativa
1	R\$ 0,00	┆ R\$ 300,00	R\$ 150,00	8	72,7%	8
2	R\$ 300,00	┆ R\$ 600,00	R\$ 450,00	2	18,2%	10
3	R\$ 600,00	┆ R\$ 900,00	R\$ 750,00	1	9,1%	11

4	R\$ 900,00	┆	R\$ 1.200,00	R\$ 1.050,00	0	0,0%	11
					11	100,0%	
Anual							
Classe	Intervalo de Classe			Ponto Médio	Frequência Absoluta (Fi)	Frequência Relativa (Fr)	Frequência Cumulativa
1	R\$ 0,00	┆	R\$ 300,00	R\$ 150,00	16	59,3%	16
2	R\$ 300,00	┆	R\$ 600,00	R\$ 450,00	4	14,8%	20
3	R\$ 600,00	┆	R\$ 900,00	R\$ 750,00	1	3,7%	21
4	R\$ 900,00	┆	R\$ 1.200,00	R\$ 1.050,00	6	22,2%	27
					27	100,0%	

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

A DAP dos entrevistados que desejam contribuir mensalmente com o fundo patrimonial, representando 44,9% das respostas, é de R\$ 75,00. Para os contribuintes trimestrais, com 46,4%, a DAP é R\$ 125,00. Quanto aos contribuintes semestrais e anuais a DAP em ambos os casos, com 72,7% e 59,3% respectivamente, é R\$ 150,00.

Por fim, ainda observa que alguns entrevistados estão dispostos a fazer contribuição pontual com o fundo patrimonial. Em termos de DAP, a contribuição pontual é R\$ 150,00, pela maior parte dos respondentes (79,6%).

Tabela 5 - Distribuição de frequências (contribuições pontuais)

Pontual							
Classe	Intervalo de Classe			Ponto Médio	Frequência Absoluta (Fi)	Frequência Relativa (Fr)	Frequência Cumulativa
1	R\$ 0,00	┆	R\$ 300,00	R\$ 150,00	43	79,6%	43
2	R\$ 300,00	┆	R\$ 600,00	R\$ 450,00	5	9,3%	48
3	R\$ 600,00	┆	R\$ 900,00	R\$ 750,00	0	0,00%	48
4	R\$ 900,00	┆	R\$ 1.200,00	R\$ 1.050,00	5	9,3%	53
5	R\$ 1.200,00	┆	R\$ 1.500,00	R\$ 1.350,00	1	1,9%	54
					54	100,0%	

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

5.2 DAP – Método referendo

Para estimar a disponibilidade a pagar do bloco III do questionário (apêndice A), seguindo a metodologia do Método de Valoração Contingente (MVC), foi utilizado a construção de cenários hipotéticos que visa estimar o valor que o entrevistado (a) está disponível a contribuir mediante a benefícios pré-definidos.

Dessa forma, é possível captar o valor máximo que o indivíduo está disposto a pagar para obter os benefícios descritos. Este artifício, conhecido como heurística da ancoragem, é conhecido nas finanças como uma técnica comportamental para tomadas de decisões (GREEN et al., 1998). Para mensurar os valores de contribuição foram utilizadas as cotas usualmente propostas nos fundos patrimoniais brasileiros.

Quadro 6 - Valor de contribuição x composição dos cenários propostos

Valor da contribuição	Benefícios
Cenário 1: Para alunos do Mestrado, Doutorado e Público geral - R\$ 75,00 Para alunos da Graduação - R\$ 15,00	Apoio financeiro aos alunos que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica do Curso de Economia da UFC
Cenário 2: Para alunos do Mestrado, Doutorado e Público geral - R\$ 150,00 Para alunos da Graduação - R\$ 30,00	Apoio financeiro aos alunos que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica; e custeio projetos de interesse público para alunos do Curso de Economia da UFC
Cenário 3: Para alunos do Mestrado, Doutorado e Público geral - R\$ 300,00 Para alunos da Graduação - R\$ 60,00	Apoio financeiro aos alunos que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica; custeio de projetos de interesse público; contribuição para modernização da infraestrutura da instituição; e ajuda na conservação e renovação do acervo da biblioteca do Curso de Economia da UFC
Cenário 4: Para alunos do Mestrado, Doutorado e Público geral - R\$ 500,00 ou mais Para alunos da Graduação - R\$ 100,00 ou mais	Apoio financeiro aos alunos que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, custeio de projetos de interesse público, contribuição para modernização da infraestrutura da instituição; ajuda na conservação e renovação do acervo da biblioteca; e oferta bolsas de intercâmbio acadêmico para os alunos do Curso de Economia da UFC

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Para calcular a DAP dos cenários de contribuição foi utilizado o modelo econométrico Logit, o qual foi possível estabelecer de forma direta uma relação obtida através do modelo e a probabilidade de o entrevistado (a) aceitar ou não o cenário proposto; sendo a variável dependente binária, ou seja, 0 ou 1.

Utiliza-se o modelo binomial Logit, por ser de escolha discreta com seleção qualitativa, que gera respostas de procedimentos qualitativos do tipo presença ou ausência de um determinado atributo (Pindyck e Rubinfeld, 1998).

Além da DAP, utilizam as características demográficas (sexo, cor, idade, estado civil), econômica (ocupação, renda individual e familiar), além da relação e vínculo com o curso de economia da UFC. O Quadro 7 apresenta um sumário com a descrição das variáveis utilizadas no modelo, e suas respectivas especificações.

Quadro 7 - Sumário das variáveis

Variáveis	Notação	Especificação
Cenário 1	CEN1	Variável dummy: assume o valor 1 caso o entrevistado(a) aceite contribuir com o fundo, e 0 caso contrário
Cenário 2	CEN2	Variável dummy: assume o valor 1 caso o entrevistado(a) aceite contribuir com o fundo, e 0 caso contrário
Cenário 3	CEN3	Variável dummy: assume o valor 1 caso o entrevistado(a) aceite contribuir com o fundo, e 0 caso contrário
Cenário 4	CEN4	Variável dummy: assume o valor 1 caso o entrevistado(a) aceite contribuir com o fundo, e 0 caso contrário
Sexo	GEN	Variável dummy: assume o valor 1 caso o entrevistado(a) seja masculino, e 0 feminino
Autodeclaração racial	AUT	Variável dummy: assume o valor 1 caso o entrevistado(a) seja branco, e 0 caso contrário

Estado civil	ESTCIV	Variável dummy: assume o valor 1 caso o entrevistado(a) seja casado, e 0 caso contrário
Período de contribuição	PERIODO	Assume o valor 1 caso o entrevistado(a) deseje contribuir pontualmente, e 0 caso deseje contribuir periodicamente
Último vínculo com o curso de Economia da UFC	VINC	(1) não possui vínculo com o curso de Economia da UFC, (2) graduação, (3) mestrado profissional, (4) mestrado acadêmico, (5) doutorado
Tempo de formado	FORM	(1) não possui nenhum vínculo com o curso de economia da UFC, (2) aluno, (3) formado em menos de 5 anos, (4) formado entre 5 e 10 anos, (5) formado há mais de 10 anos
Ocupação	OCUP	(1) desempregado, (2) do lar, (3) estudante, (4) setor privado informal, (5) setor privado formal, (6) funcionário público, (7) empresário
Renda individual	RENDI	(1) não possui renda, (2) ganha até 1 salário mínimo, (3) ganha de 1 a 2 salários mínimos, (4) ganha de 2 a 5 salários mínimos, (5) ganha de 5 a 10 salários mínimos, (6) ganha acima de 10 salários mínimos
Renda familiar	RENDF	(1) não possui renda, (2) ganha até 1 salário mínimo, (3) ganha de 1 a 2 salários mínimos, (4) ganha de 2 a 5 salários mínimos, (5) ganha de 5 a 10 salários mínimos, (6) ganha acima de 10 salários mínimos
Idade	IDADE	(1) 16-20 anos, (2) 21-30 anos, (3) 31-45 anos, (4) 46-65 anos, (5) acima 65

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

As variáveis dependentes nesse modelo são representadas pelas notações: “CEN1” “CEN2” “CEN3” “CEN4”, que irão representar as disposições a pagar dos entrevistados (as) para cada cenário proposto. E as variáveis independentes da disposição a pagar, agrupadas por categorias, são: gênero, autodeclaração racial, estado civil, período, último vínculo com o curso de Economia da UFC, tempo de formado, ocupação, renda individual, renda familiar e idade. Dessa forma, apresenta-se as equações de disposição a pagar, divididas por cenários, da seguinte forma:

Disponibilidade a pagar (Cenário 1):

$$CEN1 = \beta_0 + \beta_1 GEN + \beta_2 IDADE + \beta_3 AUT + \beta_4 ESTCIV + \beta_5 VINC + \beta_6 FORM + \beta_7 OCUP + \beta_8 RENDI + \beta_9 RENDF + \beta_{10} PERIODO \quad (1)$$

Disponibilidade a pagar (Cenário 2):

$$CEN2 = \beta_0 + \beta_1 GEN + \beta_2 IDADE + \beta_3 AUT + \beta_4 ESTCIV + \beta_5 VINC + \beta_6 FORM + \beta_7 OCUP + \beta_8 RENDI + \beta_9 RENDF + \beta_{10} PERIODO \quad (2)$$

Disponibilidade a pagar (Cenário 3):

$$CEN3 = \beta_0 + \beta_1 GEN + \beta_2 IDADE + \beta_3 AUT + \beta_4 ESTCIV + \beta_5 VINC + \beta_6 FORM + \beta_7 OCUP + \beta_8 RENDI + \beta_9 RENDF + \beta_{10} PERIODO \quad (3)$$

Disponibilidade a pagar (Cenário 4):

$$CEN4 = \beta_0 + \beta_1 GEN + \beta_2 IDADE + \beta_3 AUT + \beta_4 ESTCIV + \beta_5 VINC + \beta_6 FORM + \beta_7 OCUP + \beta_8 RENDI + \beta_9 RENDF + \beta_{10} PERIODO \quad (4)$$

Por fim, para realizar todos os cálculos econométricos suportados pelo modelo Logit, foi utilizado o software estatístico EViews. Para todos os cenários estimados, alguns coeficientes se mostraram significativos aos níveis de 1%, são eles: vínculo com o curso de economia para o cenário 3 e o período para cenário 1. E considerando o nível de 5%, são estatisticamente significantes os coeficientes: gênero e o vínculo com o curso de economia para o cenário 4, o período de contribuição (pontual ou periódica) para o cenário 2 e a constante para o cenário 1.

De acordo com o resultado obtido dos coeficientes é possível interpretar o peso das variáveis para a aceitação dos cenários propostos. A estimativa para os coeficientes positivos β_1 e β_9 , representado respectivamente pela variável *dummy* gênero e renda familiar, é que, em todos os cenários, os entrevistados do gênero masculino e os que possuem maior renda familiar tendem a aceitar mais a contribuir com o fundo patrimonial.

Já o coeficiente negativo β_4 e β_8 , que representam o estado civil e a renda individual, indica que pessoas casadas, assim como, o aumento de renda pessoal, correlaciona ao não aceite para contribuição do fundo patrimonial. Outro coeficiente negativo apontado foi β_5 , referente ao vínculo com o curso de economia da UFC, indicando que estudantes e egressos do doutorado, por exemplo, tendem a contribuir menos que os da graduação e mestrado.

O coeficiente β_2 positivo, exceto no cenário 2, demonstra que na maioria dos cenários os indivíduos com idade mais avançada tendem a contribuir mais. Os coeficientes β_3 , β_6 e β_7 , representados pela autodeclaração racial, tempo de formado e ocupação, são negativos no cenário 1 e positivos no restante dos cenários, indicando que o perfil de contribuição do primeiro cenário difere dos demais. Os indivíduos com maior tempo de formação e brancos tendem a contribuir menos no cenário 1, e mais nos demais cenários. Assim como funcionários públicos e empresários, contribuem menos no primeiro cenário proposto e mais nos demais cenários.

Referente a periodicidade das contribuições, se é pontual e periódica, quem deseja contribuir pontualmente, tende a aceitar mais o valor de contribuição no cenário 4; e as pessoas que contribuem periodicamente tendem a contribuir mais nos cenários 1,2 e 3.

Por fim, as DAP's estimadas por meio do método referendo, de acordo com os cálculos econométricos, calculada a partir da média dos valores encontrados da multiplicação de cada valor a ser pago pela porcentagem de aceitação dos entrevistados (as), para os cenários 1,2,3 e 4, são respectivamente: R\$ 61,96; R\$ 79,08; R\$ 96,21; e R\$ 133,15, respectivamente.

Lembrando que, para os alunos da graduação, conforme definido na metodologia da pesquisa, a DAP será apenas 20% do valor encontrado para cada cenário, sendo assim, R\$ 12,39; R\$ 15,82; R\$ 19,24; e R\$ 26,63.

Tabela 6 - Estimativas dos cenários (modelo Logit)

Variáveis	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Gênero	0,2800 (0,5291)	0,4651 (0,1609)	0,6800 (0,0679)	0,7844 (0,0495)*
Idade	0,2096 (0,5842)	-0,2445 (0,4006)	0,0628 (0,8458)	0,1087 (0,7464)
Autodeclaração racial	-0,1023 (0,8142)	0,1556 (0,6371)	0,1401 (0,6986)	0,2975 (0,4251)
Estado civil	-0,9498 (0,0787)	-0,4091 (0,3162)	-0,7226 (0,1297)	-0,6158 (0,2188)
Último vínculo com o curso de Economia da UFC	-0,1708 (0,383)	-0,2489 (0,0963)	-0,5281 (0,0054)**	-0,3918 (0,0414)*
Tempo de formado	-0,1117 (0,6259)	0,2883 (0,1034)	0,2600 (0,1915)	0,0194 (0,9238)
Ocupação	-0,1254 (0,5848)	0,0769 (0,6632)	0,1350 (0,4916)	0,1892 (0,3618)
Renda individual	-0,1597 (0,5758)	-0,1498 (0,4542)	-0,2541 (0,2471)	-0,1635 (0,4818)
Renda familiar	0,2383 (0,3602)	0,2134 (0,2103)	0,0835 (0,6385)	0,1444 (0,4452)
Período	-1,1491 (0,0107)**	-0,8137 (0,0200)*	-0,2149 (0,5661)	0,4884 (0,1969)
Constante	2,6080 (0,0255)*	-0,1126 (0,8996)	-0,5091 (0,6183)	-1,8630 (0,0906)
R-squared	0,1026	0,0673	0,1064	0,0875

Fonte: Elaborado pelo pesquisador. Notas: **Significativo ao nível de 0,01 (de 0,00 a 0,01) * Significativo ao nível de 0,05 (de 0,01 a 0,05).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estimar a concepção de um fundo patrimonial para o curso de Economia da UFC permite idealizar a suplementação de recursos, através do incentivo da própria comunidade acadêmica. Portanto, conhecer o quanto a sociedade civil está disposta a pagar pelo fundo patrimonial é ter a compreensão do nível de prioridade que a educação tem para estas pessoas.

Os fundos patrimoniais são utilizados há muito tempo no exterior, em ambientes acadêmicos, se destacam as universidades norte-americanas e europeias. No Brasil, a estrutura teve recente destaque, através da Lei Nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019. Ressalta-se que o fundo patrimonial não substituirá a importância dos recursos públicos, mas sim, servirá como uma complementação de recursos.

Usualmente, os fundos patrimoniais são utilizados por entidades do terceiro setor para o financiamento de causas sociais de interesse público. No fundo patrimonial idealizado para o curso de Economia da UFC esse objetivo também se mostrou presente, sendo apontada como a principal causa para fomentação deste fundo patrimonial a criação de bolsas de estudo para alunos que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Através do MVC, foi possível constatar em dois métodos a disponibilidade a pagar para criação do fundo patrimonial, na modalidade perguntas abertas (*open-ended*) e referendo. Na modalidade de perguntas abertas, foi encontrada uma DAP para cada periodicidade. A DAP dos entrevistados que desejam contribuir mensalmente com o fundo patrimonial é de R\$ 75,00. Para os contribuintes trimestrais a DAP é de R\$ 125,00, e para os contribuintes semestrais e anuais a DAP, em ambos os casos, é de R\$ 150,00. Durante a análise do questionário foi identificado que 29,5% não desejavam contribuir periodicamente com o fundo patrimonial, ou seja, tinham interesse apenas em contribuições esporádicas. Para os contribuintes pontuais a DAP é de R\$ 150,00.

A DAP dos entrevistados, na técnica referendo que utiliza a ancoragem como forma de captar o maior valor disponível a pagar, foi de R\$ 61,96 para o cenário 1; R\$ 79,08 para o cenário 2; R\$ 96,21 para o cenário 3; e, R\$ 133,15 para o cenário 4. Para os alunos da graduação, subentende-se que o valor da disponibilidade a pagar para cada cenário é 20% do valor apontado para os demais entrevistados. Em função desses valores, demonstrado pela disponibilidade a pagar da comunidade acadêmica, pode-se inferir que a idealização de um fundo patrimonial com foco ao auxílio financeiro de alunos do curso de Ciências Econômicas da UFC é viável.

REFERÊNCIAS

AMIGOS DA POLI. **Fundo Patrimonial Amigos da Poli**. Amigos da Poli, 2020. Disponível em: <https://www.amigosdapoli.com.br/>. Acesso em: 17 abr. 2020.

AVANCE. **Programa de Bolsas**. AVANCE, 2020. Disponível em: <http://avance.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 16 maio 2020.

BONETI, Lindomar Wessler (Org.). **Educação, exclusão e cidadania**. 3. ed. Ijuí: Editora UNIJUI, 2003.

BRASIL. **Constituição da República, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 maio 2011.

BRASIL. **LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 13.800, DE 4 DE JANEIRO DE 2019**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13800.htm. Acesso em: 6 abr. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9532.htm. Acesso em: 01 jun. 2020.

CAEN. **Programa de Pós-Graduação em Economia**. CAEN, 2020. Disponível em: <https://caen.ufc.br/>. Acesso em: 16 maio 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. **Financiamento da Educação Superior no Brasil**. Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/pdf/financiamento-da-educacao-superior-no-brasil-impasses-e-perspectivas>. Acesso em: 31 jul. 2020.

EDIREITOGY. **Endowment Direito GV**. Edireitogy, 2020. Disponível em: <http://edireitogy.com.br/>. Acesso em: 17 abr. 2020.

FARIA, Ricardo Coelho; NOGUEIRA, Jorge Madeira. **Método de Valoração Contingente: Aspectos Teóricos e Testes Empíricos**. 2000. Disponível em: https://www.academia.edu/3800405/M%C3%A9todo_de_Valora%C3%A7%C3%A3o_Contingente_aspectos_te%C3%B3ricos_e_testes_emp%C3%ADricos. Acesso em: 2 jun. 2020.

FEAUSP. **Fundo Patrimonial FEAUSP**. FPFEAUSP, 2020. Disponível em: <https://www.fpfeausp.org.br/>. Acesso em: 17 abr. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Governo Bolsonaro exclui humanas de edital de bolsas de iniciação científica. Folha de São Paulo, 2020**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/04/governo-bolsonaro-exclui-humanas-de-edital-de-bolsas-de-iniciacao-cientifica.shtml>. Acesso em: 16 maio 2020.

FORBES. Criação de primeiro endowment e lei específica abrem caminho para fundos filantrópicos no Brasil. Forbes, 2019. Disponível em: <https://forbes.com.br/colunas/2019/10/criacao-de-primeiro-endowment-e-lei-especifica-abrem-caminho-para-fundos-filantropicos-no-brasil/>. Acesso em: 2 jun. 2020.

FUNDO CENTENÁRIO. Fundo Centenário, 2020. Disponível em: <https://www.fundocentenario.com.br/>. Acesso em: 17 abr. 2020.

GREEN, Donald et al. Referendum contingent valuation, anchoring, and willingness to pay for public goods. **Resource and energy economics**, v. 20, n. 2, p. 85-116, 1998.

IDIS. Fundos Patrimoniais Filantrópicos. IDIS, 2019. Disponível em: https://www.idis.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Livro_Fundos_Patrimoniais.pdf. Acesso em: 12 abr. 2020.

INEP. Microdados do Censo da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar> . Acesso em: 16 maio 2020.

INESPER. Programa de Bolsas. INSPER, 2020. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/programadebolsas/>. Acesso em: 17 abr. 2020.

MOTTA, R. S. Manual para valoração econômica de recursos ambientais. Rio de Janeiro, IPEA/MMA/PNUD/CNPq, 1997.

OLIVEIRA, W. R. Disposição a pagar pelo ensino na universidade pública federal: uma aplicação da valoração contingente no curso de ciências contábeis da Universidade de Brasília (UnB). Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

OROSZ, Joel J. The Insider's Guide to Grantmaking: How Foundations Find, Fund and Manage Effective Programs. ed. 1: John Wiley & Sons, 2000.

PEP. Programa de Economia Profissional UFC. PEP, 2020. Disponível em: <https://pep.ufc.br/>. Acesso em: 16 maio 2020.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. Econometria: Modelos e previsões. São Paulo: Campus, 1998.

PODER 360. Sem incentivo fiscal, fundos patrimoniais não crescerão. Poder 360, 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/sem-incentivo-fiscal-fundos-patrimoniais-nao-crescerao-diz-reitora-da-unifesp/>. Acesso em: 10 maio 2020.

PRAE. Pró-reitoria de Assuntos Estudantis. PRAE, 2020. Disponível em: <https://prae.ufc.br/>. Acesso em: 16 maio 2020.

SHANGHAI RANKING. ACADEMIC RANKING OF WORLD UNIVERSITIES. Shanghai Ranking, 2019. Disponível em: <http://www.shanghairanking.com/ARWU2019.html>. Acesso em: 11 abr. 2020.

SOTTO-MAIOR, Felipe Linetzky. Endowments no Brasil: a importação de uma estratégia de sustentabilidade. **Revista Jus NAVIGANDI**, Teresina. 2012. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/20918/endowments-no-brasil-a-importacao-de-uma-estrategia-de-sustentabilidade>. Acesso em: 08 maio 2020.

SPALDING, Erika. **Os Fundos Patrimoniais Endowment no Brasil**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Ciências Jurídicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16554?show=full>. Acesso em: 08 maio 2020.

TELES, Pedro Henrique Almeida De Sá. **Fundos patrimoniais endowments: sustentabilidade financeira de longo prazo em prol das organizações do Terceiro Setor brasileiro**. 2019. 129 f. Tese (Programa Stricto Sensu em Direito) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2710>. Acesso em: 29 jul. 2020.

THE BEST SCHOOLS. **The 100 Richest Universities: Their Generosity and Commitment to Research**. The Best Schools, 2019. Disponível em: <https://thebestschools.org/features/richest-universities-endowments-generosity-research/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

UFC. Conselho Universitário. **Resolução nº 28, de 14 de agosto de 2019**. Institui o Fundo Patrimonial da Universidade Federal do Ceará. Conselho Universitário, 2019. Disponível em: https://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/consuni/resolucao_consuni_2019/resolucao28_consuni_2019.pdf. Acesso em: 08 jun. 2021.

UFC. **Edital nº 02/2020 – Processo Seletivo Unificado 2020.1**. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis: PRAE, 2020. Disponível em: <https://prae.ufc.br/pt/edital-no-02-2020-processo-seletivo-unificado-2020-1-campi-de-fortaleza/>. Acesso em: 31 jul. 2020.

USP. **Fundo patrimonial: o que é isso?**. Jornal da USP, 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/fundo-patrimonial-o-que-e-isso/>. Acesso em: 8 abr. 2020.

WIKIPEDIA. **List of UK universities by endowment**. Wikipedia, 2020. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_UK_universities_by_endowment. Acesso em: 11 abr. 2020.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Prezado participante, este questionário tem como finalidade analisar a viabilidade de criação de um Fundo Patrimonial para o curso de Graduação e Pós-Graduação em Economia UFC.

Algumas universidades do Brasil já adotam os fundos patrimoniais, os quais são mantidos, primordialmente, por ex-alunos (egressos) da instituição, como é o caso, por exemplo, da Universidade de São Paulo (USP), Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Os fundos patrimoniais, também conhecidos como *endowments*, têm como princípio arrecadar e gerir doações de pessoas físicas e/ou jurídicas. Visando a sustentabilidade do fundo, os recursos arrecadados são investidos, e aplicados no mercado financeiro e os rendimentos auferidos são utilizados para o cumprimento dos objetivos do fundo. Vale lembrar que um fundo patrimonial não almeja a substituição de recursos públicos, mas sim a suplementação de oportunidades para os estudantes.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a), a participação nesta pesquisa é voluntária, estimando-se um tempo máximo de 5 minutos para responder. As informações obtidas nesta pesquisa não serão associadas com sua identidade, permanecendo anônimas e garantindo sua privacidade.

O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário, em qualquer etapa da pesquisa. Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com os pesquisadores Ruan Charles Ferreira Leandro e/ou Guilherme Irffi.

BLOCO I – PERFIL SOCIOECONÔMICO

1. Gênero

- a) Masculino
- b) Feminino

2. Data de Nascimento: Dia / Mês / Ano

3. Como você se considera?

- a) Branco(a).
- b) Pardo(a)
- c) Preto(a).
- d) Amarelo(a)
- e) Indígena.

4. Qual seu estado civil?

- a) Solteiro(a)
- b) Casado(a) / mora com um(a) companheiro(a)
- c) Separado(a) / divorciado(a)
- d) Viúvo(a)

5. Qual o seu último vínculo com o Curso de Economia da UFC?

- a) Graduação
- b) Mestrado Acadêmico
- c) Mestrado Profissional
- d) Doutorado
- f) Nunca teve vínculo com o Curso de Economia da UFC

6. Quanto tempo de formado de acordo com seu último vínculo com o Curso de Economia da UFC?

- a) Menos de 5 anos
- b) Entre 5 e 10 anos
- c) Há mais de 10 anos
- d) Ainda sou aluno(a)
- e) Não possuo nenhum vínculo com o Curso de Economia da UFC

7. Atualmente, qual a sua ocupação?

- a) Estudante
- b) Funcionário(a) público(a)
- c) Empresário(a)
- d) Trabalhador(a) do setor privado (com carteira assinada)
- e) Trabalhador(a) do setor informal (sem carteira assinada)
- f) Do lar
- g) Desempregado(a)

8. Qual a sua Renda individual?

- a) Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.045,00 inclusive).
- b) De 1 a 2 salários-mínimos (de R\$ 1.045,00 até R\$ 2.090,00 inclusive)
- c) De 2 a 5 salários-mínimos (de R\$ 2.090,00 até R\$ 5.225,00 inclusive)
- d) De 5 a 10 salários-mínimos (de R\$ 5.225,00 até R\$ 10.450,00 inclusive)
- e) Acima de 10 salários mínimos (acima de R\$ 10.450,00)
- f) Nenhuma renda

9. Qual a sua Renda Familiar? (Considere a renda de todos as pessoas que moram com você)

- a) Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.045,00 inclusive).
- b) De 1 a 2 salários-mínimos (de R\$ 1.045,00 até R\$ 2.090,00 inclusive)
- c) De 2 a 5 salários-mínimos (de R\$ 2.090,00 até R\$ 5.225,00 inclusive)
- d) De 5 a 10 salários-mínimos (de R\$ 5.225,00 até R\$ 10.450,00 inclusive)
- e) Acima de 10 salários mínimos (acima de R\$ 10.450,00)
- f) Nenhuma renda

10. Enumere de 1 a 6, de acordo com o grau de importância, as principais causas que um fundo patrimonial acadêmico deve financiar. Coloque 1 para a causa de menor relevância e 6 para a causa que você considera mais importante. *OBS: Deve ser elencado uma ordem de prioridade, sendo assim, as respostas devem ser distintas para cada item. *

- () Fomentar bolsas para alunos que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica
- () Financiar projetos de pesquisa que tenham participação de alunos
- () Contribuir para modernização da infraestrutura da instituição
- () Ajudar na conservação e renovação do acervo da biblioteca
- () Ofertar bolsas de intercâmbio acadêmico

() Financiar atividades de extensão

BLOCO II – QUESTIONÁRIO TIPO PERGUNTAS ABERTAS (*OPEN-ENDED*)

11. Quanto você estaria disposto(a) a contribuir para o possível fundo patrimonial do Curso de Economia da UFC?

Resp.: R\$ _____

12. Caso você contribua, seria de forma pontual ou periódica?

- a) Pontual
- b) Periódica

13. Em caso de periodicidade, qual seria o prazo?

- a) Mensal
- b) Trimestral
- c) Semestral
- d) Anual
- e) Não se aplica

14. Em caso de não contribuição, por gentileza, descreva quais seriam os motivos.

Resp: _____

BLOCO III – QUESTIONÁRIO TIPO REFERENDO

Supondo que houvesse cenários hipotéticos, e o valor da sua contribuição⁴ estaria vinculado aos possíveis benefícios que o fundo patrimonial irá oferecer aos alunos da graduação e pós-graduação em Economia da UFC.

CENÁRIO 1 – Você estaria disposto(a) a contribuir com o valor de R\$ 75,00 para prestar apoio financeiro aos alunos que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica do Curso de Economia da UFC?

Sim Não

CENÁRIO 2 – Você estaria disposto(a) a contribuir com o valor de R\$ 150,00 para prestar apoio financeiro aos alunos que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e custear projetos de interesse público para alunos do Curso de Economia da UFC?

Sim Não

CENÁRIO 3 – Você estaria disposto(a) a contribuir com o valor de R\$ 300,00 para prestar apoio financeiro aos alunos que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, custear projetos de interesse público para alunos, contribuir para modernização da infraestrutura da instituição, e ajudar na conservação e renovação do acervo da biblioteca do Curso de Economia da UFC?

Sim Não

CENÁRIO 4 – Você estaria disposto(a) a contribuir com o valor de R\$ 500,00 ou mais para prestar apoio financeiro aos alunos que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, custear projetos de interesse público para alunos, contribuir para modernização da infraestrutura da instituição, ajudar na conservação e renovação do acervo da biblioteca, e ofertar bolsas de intercâmbio acadêmico para os alunos do Curso de Economia da UFC?

Sim Não

⁴ Para alunos da graduação, os valores ofertados no questionário serão apenas 20% do valor sugerido para o público geral e pós-graduação. Cenário 1 (R\$ 15,00); Cenário 2 (R\$ 30,00); Cenário 3 (R\$ 60,00); e Cenário 4 (R\$ 100,00)